

A retomada do projeto original

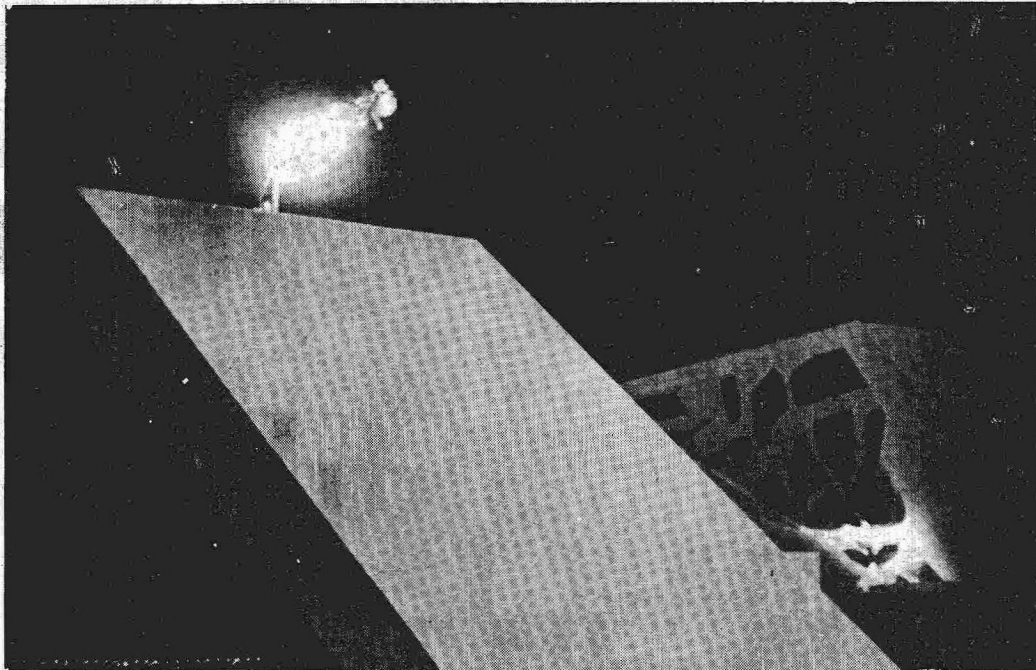
Desde que assumiu o Palácio do Buriti, o governador José Aparecido não tem medido esforços para promover o renascimento cultural de Brasília. Provavelmente, nenhum outro governante incentivou tanto o empresariado a investir na Lei Sarney — que concede benefícios fiscais a quem investir em cultura. Antecipando-se à Lei, ele entregou à população o Panteão da Pátria, a Pira do Fogo Simbólico, a Casa do Cantador, o Gran Circo-Lar, além de promover a reforma da Catedral Metropolitana.

Todos essas obras têm um fator em comum: em nenhuma delas o Governo do Distrito Federal gastou um único centavo. O Panteão foi edificado com recursos repassados integralmente pela Fundação Bradesco. A Pira do Fogo Simbólico contou com recursos doados pela Fundação Banco do Brasil, sendo que a Petrobrás se comprometeu a fornecer gratuitamente o gás liquefeito, que mantém a cha-

ma acesa permanentemente. Já a Casa do Cantador, na Ceilândia, e a reforma da Catedral tiveram o patrocínio do empresariado local. O Gran Circo-Lar resultou de doações da Fiat Automóveis e do Banco Nacional.

Além da edificação de novos monumentos, o Governador procurou recuperar os que haviam sofrido distorções, nos últimos anos. Logo depois de sua posse, em março de 1985, José Aparecido convidou os três artistas que idealizaram a nova capital: Burle Marx, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa — para voltar à cidade, ver o que acontecera de errado e o que poderia ser consertado. Tanto eles, como outros que colaboraram no acabamento dos monumentos — Athos Bulcão e Marianne Peretti — estão de volta ao cenário de Brasília e se colocaram integralmente à disposição do GDF.

Todos têm trabalhado com entusiasmo para a retomada do projeto original da cidade.



A Pira e o Panteão: dois monumentos que não custaram nada aos cofres do GDF